



Resenha *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* De Judith Butler

*William Costa**

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Judith Butler, filósofa estadunidense, é professora de retórica e literatura comparada na Berkeley University onde investiga, principalmente, as questões do feminino, da *teoria queer*, da vida e da desigualdade nos campos da Política e da Ética. Embora sua produção acadêmica já apareça com relevância nos anos de 1987, com a publicação de *Subjects of Desire: Hegelian Reflexions in Twentieth-Century France*, é apenas a partir de 2004 que suas obras começaram a ser amplamente debatidas no campo das Ciências Humanas e na Filosofia. Na carreira filosófica, Butler se graduou e se especializou na Yale University com estudos sobre as obras de Kant, Buber, Levinas e, principalmente, em Hegel. De certo modo, é possível perceber a influência destes pensadores na obra ao qual nos propomos a investigar aqui, a saber: *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?*.

A obra, publicada em 2015 pela Editora Civilização Brasileira, retoma o pensamento da filósofa acerca das vidas passíveis da eliminação e do extermínio, denominadas pela autora na obra *Precarious Life* (2004) de “vidas precárias”. *Quadros de Guerra* é uma composição de cinco ensaios escritos entre 2004 e 2008 aonde pretende mostrar como a vida, em seu sentido estrito, pode ser “enquadrada” como molduras de quadros

* Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professor em Fatra (FATRA). E-mail: william_19costa@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4515309296660789>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2726-161X>.

e, sobre ela, tecidos diversos apontamentos pelas imagens ou pelas escritas capturadas.

A introdução da obra mostra um panorama geral da investigação e possíveis conexões com outros temas abordados pela pensadora. Em seu caráter introdutório, no entanto, a filósofa discorre, diferentemente dos ensaios mais comuns, por uma delimitação extensa de seu objeto de análise: a precariedade da vida e um processo de conhecimento e reconhecimento fenomenológico da mesma. É Lacan e Lévinas que influenciam, neste primeiro momento, a apreciação de Butler sobre a chamada *ontologia corporal*, isto é, sobre um repensar do Ser enquanto sujeito captável na esfera política, social e ética. Se por um lado, Lacan permite a pensadora compreender o aspecto psicanalítico do sujeito para a constituição do self e do *outro*, de Lévinas a autora herda uma tradição da ética da alteridade, do acolhimento do *outro*, da infinidade e do reconhecimento que cada ser humano, em sua subjetividade própria, é capaz de apresentar. A tentativa mister que a professora norte-americana se intenta, dentro desta via, é conciliar a abordagem de Lacan e Lévinas ao pensamento *bio-político*¹ de Michel Foucault. Aqui, Butler explicita, mediante uma hierarquia de apreensão do outro (aceitação, inteligibilidade e reconhecimento), que este processo subjetivo depende em *prima face* de um conjunto de normas expostas pela ordem social e política. Embora a pensadora não esboce quais são essas normas ou de que modo elas são constituídas, é possível entendê-las a partir do viés foucaultiano dos micropoderes e das tecnologias disciplinares, seja por meio de instituições religiosas, escolas, discursos ou dispositivos jurídicos. A introdução deixa, portanto, subentendido sobre quais normas e fontes de normas a filósofa se refere, necessitando, por isso, de um contato prévio com outras obras da pensadora ou mesmo com a tradição da Filosofia Política Contemporânea (Foucault, Esposito e Agamben).

O primeiro ensaio, *Capacidade de sobrevivência, vulnerabilidade e comoção*, utiliza-se da demarcação da *ontologia corporal* para discutir o “enquadramento” sobre a vida. Butler mostra, nesta tentativa, uma possibilidade de expor a vida como um objeto precário, vulnerável. A vida,

instituída por uma normatividade sobre o corpo, se torna “precária” pela instituição da exterioridade ao mundo, quer dizer, por uma aparência fragmentada ou total do contato com o mundo; é, por isso, então, que Butler expõe o corpo como um “fenômeno social: [que] está exposto aos outros, [e que é] vulnerável por definição” (BUTLER, 2015, p. 57-58). Nesta analítica ontológica do corpo, a pensadora norte-americana constitui seu pensamento entorno de uma problemática ético-social, caminhando, em todo o seu percurso, por uma reflexão filosófica densa. Embora o título de seu ensaio sugira um viés antropológico ou sociológico, Butler não perfaz estas discussões. Sua intenta análise se concentra em um diálogo epistemológico acerca da vida, da alteridade (muito embora a pensadora não utilize esta nomenclatura), da percepção do outro como sujeito passível do conhecimento, da responsabilidade do “eu” e do “nós” e do reconhecimento e da vulnerabilidade que o corpo – demarcado por uma ou várias normatividades – está inserido. *A comoção*, parte do título do ensaio, surge, para além da necessidade psicanalítica do (re)conhecimento, de um efeito também normatizado e disciplinador. É por meio da capacidade de comoção que as vidas começam a receber classificações de “merecedoras de luto e de proteção” ou não (BUTLER, 2015, p. 67). Há neste capítulo, ainda, uma prévia análise de uma *ontologia corporal* da alteridade de guerra pela qual, pensa a filósofa, o (re)conhecimento da existência do outro seja mediado a partir de um conjunto de relações que precedem ou excedem as fronteiras do “eu” e do “outro”. A partir do pensamento da psicanalista austríaca Melanie Klein e do antropólogo saudita Talal Asad, Butler compreende que o reconhecimento da existência do outro se constitui por uma relação de sobrevivência e de moralidade, expressando, neste limiar, um processo de culpa decorrente não por causa da relação moral para com o outro, mas sim devido a um desejo de autopreservação. Neste primeiro ensaio, a filósofa demarca criticamente uma guerra sustentada pelo discurso e pela necessidade norte-americana de permanecer em constante comoção e atuação midiática. Por isso, a pensadora expõe um possível *enquadramento da guerra dos Estados* por uma capacidade de comover, de se defender – e defender sua soberania – e

de deslocar a vida de outrem. Com essa abordagem, a autora institui (embora não a denomine assim) uma “ontologia corporal da política internacional” sustentada pelo pensamento psicanalítico do reconhecimento e da repulsão da guerra, das minhas necessidades e da vulnerabilidade do outro.

O segundo ensaio, *Tortura e a ética da fotografia: pensando com Sontag*, recorre ao pensamento da ativista norte-americana Susan Sontag para denunciar a vulnerabilidade do corpo a partir do enquadramento de guerra. Da obra de Sontag, Butler recorre principalmente aos capítulos *Estados Unidos, Visto em Fotos, de um Ângulo Sombrio* e *O Mundo-imagem*. A escolha de Butler por utilizar *Sobre Fotografia*, de Susan, pode ser considerada pela profundidade filosófica ao qual a escritora norte-americana expôs seu pensamento. Já no início de sua obra, no ensaio *Na Caverna de Platão*, Sontag diz que “a humanidade permanece, de forma impenitente, na caverna de Platão, ainda se regozijando, segundo seu costume ancestral, *com meras imagens da verdade*” (SONTAG, 1977, p. 8, grifo nosso); é exatamente a partir deste excerto que Butler discorrerá e buscará analisar uma ética do reconhecimento como uma imagem verdadeira, real. Butler clarifica o pensamento de Susan para expor uma possível regulamentação da comoção, quer dizer, um enquadramento proposital que, assim como nas o obras de investigação policial, toda cena parece ser constituída nos mínimos detalhes. A crítica que a professora norte-americana se dispôs neste capítulo tem caráter reflexivo em dois vieses principais: o primeiro, voltado ao papel midiático, percorre e denuncia o papel de uma mídia capaz de mostrar verdades e mentiras implantadas de um guerra em nome do terror ou propriamente contra o terror; o segundo, constituído pela validade da informação, delimita a capacidade de Estados e sujeitos em moldar a estrutura da cena da guerra e de regular a perspectiva de seu conteúdo, do expectador e do participante da guerra. O enquadramento, ao qual Butler indicou introdutoriamente no livro, ganha a delimitação das lentes de uma câmera e o ponto de vista de quem precisa moldar o cenário da guerra para sobreviver na política internacional de alguma maneira, afinal, “fotografar é apropriar-se da coisa fotografada. Significa pôr a si mesmo em determinada relação com o

mundo, semelhante ao conhecimento — e, portanto, ao poder (SONTAG, 1977, p. 14).

Política sexual, tortura e tempo secular é o terceiro ensaio da obra de Butler. Nele, a pensadora aduz, inicialmente, sobre a presença de um *tempo* delimitado territorialmente e marcado por uma circunscrição de *onde* (sic) as coisas são produzidas. Mas, embora esta seja a primeira noção explicitada por Butler sobre um tempo que preexiste e que não o conseguimos separá-lo, é a partir da noção do *agora*, de Walter Benjamin, que a filósofa deslocará seu raciocínio. Como a própria pensadora informa, “trata-se, na verdade, de mostrar que nossa compreensão daquilo que está acontecendo “agora” está estreitamente relacionada com uma determinada restrição geopolítica quando imaginamos as fronteiras relevantes do mundo (...)” (BUTLER, 2015, p. 155). Ao fundo desta abordagem geral, Butler conscientiza o leitor de uma crise do progresso da história, e, ao mesmo tempo, de uma modificação na estrutura da política contemporânea. O enfoque maior deste ensaio envolve tanto a política sexual quanto a prática anti-islâmica que se encontram exatamente, segundo a pensadora, no meio da discussão sobre o que é o tempo e no meio de um ideal de progresso que se encontra em crise pelo deslocamento do termo *progresso*; ademais, Butler pretende, ao analisar tais bases, compreender como a noção de *liberdade* pregada pelo liberalismo progressista pode ser usada como instrumento de intolerância e coerção. A posição da autora quanto ao uso da liberdade, principalmente ante à política sexual e ao anti-islamismo, é um repensar do conceito da própria *liberdade*, ou seja, entender o peso das ações e das palavras para além de uma conscientização midiática e de uma instrumentalização como uma vontade de estabelecer uma base específica cultural secular e, no mesmo instante, particular pela defesa de um único ideal político e social. Embora Butler se utilize como uma transeunte entre a abordagem da política sexual, apontando fatos históricos e diferenças entre países, e a negação do Islã, não fica em inteiro teor compreendido qual seu interesse em reunir duas ideias bastante diferentes. Notadamente, já no título do capítulo, Butler não aponta para uma apresentação crítica sobre os julgamentos ocidentais ao mundo islâmico, ocasionando confusões para o leitor e embaraços pela transição direta entre os assuntos. Mas é possível, meio a

constantes retornos ao texto, entender que a pensadora está inclinada para o apontamento de uma política que se caracteriza por uma identidade e igualdade cultural e sexual, mas que, por essência, segue via contrária ao que defende. Um ponto crucial neste ensaio é o entendimento da professora norte-americana quanto à relação entre uma ideia de cultura e uma concepção de lei simbólica, isto é, surge daí, conforme Butler, uma situação bastante complexa que considera um específico entendimento sobre a liberdade para se ingressar em associações livres e adquirir cidadania; trata-se, neste espectro, de estabelecer padrões para a liberdade, ou melhor, limitações para a liberdade, restringindo, por exemplo, a adoção de crianças e o acesso à tecnologias reprodutivas por lésbicas e gays, a união estável entre pessoas do mesmo sexo e a formação de famílias sem a integração de casais e héteros. No desenvolver do capítulo, a autora busca justificar sua posição inicial e apresenta que “(...) os debates sobre política sexual invariavelmente se associam à política das novas comunidades de imigrantes, uma vez que ambas se baseiam em ideias fundacionais de cultura que condicionam, de antemão, a alocação de direitos jurídicos básicos” (BUTLER, 2015, p. 167).

Em *O não pensamento em nome da normatividade*, Butler reverbera suas discussões iniciais da obra. Agora, no entanto, a pensadora inicia uma abordagem em torno de possíveis modelagens ontológicas de sujeitos, quer dizer, em torno de enquadramentos existentes (jurídicos, normativos, políticos, sociais, econômicos) que pressupõem um tipo específico de seres e de vidas. Ora, pensado dessa maneira, é possível, sem titubear, fazer uma relação direta com o que já foi exposto: aqueles que fogem desse tipo ideal de ser e vida se tornam “passíveis de luto” e desprovidos de reconhecimento e representação. Possíveis críticas podem surgir, assim como muitos filósofos já as fizeram (Hannah Arendt, Giorgio Agamben, Michel Foucault, Lyotard, Jean-Luc Nancy), acerca dos direitos humanos e do multiculturalismo, que, em função de um ideal de homem abstrato, busca promover identidades culturais e cidadanias. A análise de Butler por meio da visão sociológica de Chettan Bhatt e Tariq Modood caminha em direção ao pensamento das éticas contemporâneas, qual seja aquelas que discordam de um relativismo ético e de uma concepção

universalista de vida. Uma possível solução, expõe Butler, é tratar tais vidas como um *intercâmbio de coligações*, ou seja, como parte de um processo social dinâmico de interações constituído e reconstituído no decorrer do intercâmbio social. Amiúde, esta posição ontológica da autora norte-americana se assemelha com aquilo que Lévinas chamou de *ética do infinito*, ética esta que se constrói pelo amplo contato com outros indivíduos. Para a professora da Berkeley University, o enquadramento normativo determina certa ignorância sobre os sujeitos. A posição da filósofa neste ensaio é de intermitência entre o campo filosófico e a abordagem sociológica. Os conceitos mais expostos são evidenciados, em grande medida, na investigação sócio-antropológica, evidenciando a problemática da cultura, da integração, da identidade e mobilização. A *normatividade*, tratada como parte do título, é trabalhada como se o leitor a entendesse como um conjunto de medidas sociais que normatizam e impõem regras à vida.

A reivindicação da não violência consiste no quinto ensaio. Neste, Butler enfatiza que a não violência surge como um discurso ou um apelo, mas que, assim como a própria violência, é apenas uma estratégia ou tática que configura uma luta permanente dos sujeitos enquanto seres sociais por natureza. A ideia que Butler presume encontrar nesta sociabilidade natural é aquela apresentada no início da obra, a saber: a ontologia corporal social, que, a partir de um processo influenciado pelo hegelianismo e pelo pensamento de Lévinas, busca um reconhecimento do *outro* a partir do *eu*. Partindo dessa análise, a autora busca clarificar seu entendimento sobre a não violência; para ela, a não violência implica, necessariamente, duas questões prévias: a) “não violência contra quem?” e b) “não violência contra o quê?”. Ao separar tais questões, uma ordem de entendimento busca ser estabelecida; trata-se de entender a inteligibilidade da violência e sua relação com o processo de formação do sujeito. A conclusão antropológica ao qual Butler se depara é de que a violência é desenvolvida por meio de processos de formação e que ela é, acima de tudo, uma possibilidade de alcance de alguém. Na sequência deste ensaio, a professora americana recorre à Melaine Klein e Winincott para tentar

explicar, por meio de uma transcrição psicológica, como a violência se torna parte do processo de interação social humana. Desse modo, a incursão apresentada no início de modo filosófico acaba se tornando um compêndio de análises psicossociais, que buscam compreender quais fatores influenciam na formação da violência e quais sentimentos provocam a prática de tal ação.

O livro contempla ainda um compêndio de notas referente aos capítulos e à introdução. Embora elas sejam apresentadas conforme cada seção do livro, muitas notas apresentam apenas algumas passagens superficiais sobre a citação ou comentário, impossibilitando ao leitor um fácil reconhecimento ou acesso à discussão filosófica empreendida. Ademais, nessa seção, a pensadora norte-americana reuniu as referências bibliográficas utilizadas meio as notas e comentários, provocando um embaraço quanto organização e consulta. Ao final da obra, um índice é exposto com suas respectivas demarcações. A organização do texto em duas colunas não é de fácil localização, haja vista que muitas palavras acabam por ficar deslocadas no texto, e, em outros casos, a presença de espaços não padronizados interfere na sequência. No entanto, a obra de Butler apresenta uma vasta intermitência entre filósofos importantes, sociólogos, antropólogos e psicanalistas. Ao caminhar por tais áreas das ciências humanas, a pensadora permite grandes discussões existentes na sociedade contemporânea ainda pouco debatidas na Filosofia e nas temáticas do gênero, da sexualidade e da identidade.

Referências

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?* Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

Data de registro: 05/07/2017

Data de aceite: 05/07/2017